



ID: 18943984

27-11-2007

Saldanha Sanches, fiscalista, a «O DIABO»

# «Este Governo faz alguma gestão política da crise»

■ «Se não houvesse a necessidade de subornar os decisores públicos para conseguir empreitadas nas obras públicas a fraude fiscal diminuía imediatamente»

■ «O desleixo dos portugueses em matéria de impostos é inaceitável»

JOÃO NAIA

**O DIABO — Do ponto de vista fiscal, como considera o Orçamento do Estado para 2008?**

**SALDANHA SANCHES —** É um orçamento conservador, no bom sentido, porque não muda dispatadamente as leis existentes. Faz pequenas alterações, aqui e acolá, tem duas ou três melhorias — deveria ter mais —, mas em todo o caso não muda muito.

**As medidas fiscais previstas no OE 2008 são capazes de ajudar ao crescimento da economia?**

Eu não acredito que os orçamentos possam ser assim tão eficazes. Se um orçamento não estragar muito o que está a correr no País já não é mau. A questão do orçamento é não criar dificuldades excessivas às empresas.

**Cobrando menos impostos?**

O orçamento tem que cobrar, tem que aumentar a receita pública, o que em si não é uma coisa muito positiva. A questão é fazer isso da forma mais adequada possível.

**Ficou surpreendido com as denúncias do secretário de Estado das Finanças sobre a prática de fraude fiscal por parte de grandes empresas?**

O que o secretário de Estado disse — que havia grandes empresas que cometiam fraudes fiscais — não me surpreendeu. Isso é do domínio público.

**Amaral Tomaz não deveria ter sido conseqüente na denúncia, isto é, ter dito os nomes das empresas?**

Ele falou de grandes empresas e, agora, acho que já se pode explicar o que ele quis dizer. Aliás, pouco depois, o presidente da AEP, Dr. Rui Moreira, veio esclarecer. Há empresas que concorrem ao fornecimento de bens e serviços ao Estado — obras públicas, como referiu, obras de saneamento básico que envolvem igualmente grandes verbas orçamentais vindas do Estado — que são obrigadas a praticar a fraude fiscal...

**Porquê?**

Para terem sacos azuis com os quais

possam subornar os decisores públicos e obter os tais contratos de fornecimento. É essa a questão. A grande empresa é um meio muito incómodo para a fraude fiscal.

## «A fraude fiscal jamais acabará»

**Apontou-se para empresas da área da construção civil e obras públicas. E a banca?**

A banca não pratica fraude fiscal. A «Operação Furacão» parece indiciar o contrário.

Segundo o que se sabe as empresas envolvidas nesse caso ajudavam alguns clientes a fugir aos impostos, o que obviamente não deveriam fazer. A banca era um agente que colaborava com clientes seus.

**Há anos que se fala no combate à fraude fiscal. Como é que se acaba com esse tipo de crime?**

Com a fraude fiscal jamais se acabará. Mas em qualquer dos casos, se não houvesse a necessidade de subornar os decisores públicos para conseguir empreitadas nas obras públicas a fraude fiscal diminuía imediatamente.

**Durante o debate do OE a oposição pediu a descida dos impostos. Acha que o Governo tinha margem para aliviar a carga fiscal?**

Com o défice que temos não estou a ver onde é que o Governo tem essa margem. Se fechasse todos os hospitais teria margem, mas sem essa medida não estou a ver. O problema é que o défice existe e não deveria existir.

**Em 2009, ano de todas as eleições, por «coincidência» irá ter margem?**

Espero bem que sim. Se isso não acontecer será muito mau sinal. É evidente que este Governo faz alguma gestão política da crise, como todos os Governos. Não devia fazer mas faz. Se não baixar os impostos é muito mau sinal. Mas penso que irá baixar, o que não deixará de ser mau para a economia.

**Qual dos impostos poderá vir a diminuir?**



**«Para ser criada uma fundação deveria ser exigido o investimento do património do fundador de alguns milhões de contos»**

Se baixasse o IVA já seria muito bom.

**O Fisco deixou prescrever quase 80 mil processos correspondentes a mais de meio milhão de euros. Como comenta este fracasso do Sistema de Execuções Fiscais?**

As cobranças não são fáceis. Acho que devia haver um prazo mais dilatado para a prescrição e um prazo mais curto para a caducidade.

**Em contrapartida, as cobranças coercivas têm obtido êxito. Mas fala-se na violação de direitos dos contribuintes...**

Em especial o direito de fugir ao Fisco.

**Acha, portanto, que a lei não tem sido atropelada?**

Não. Quem é executado é porque não pagou, quem não pagou deveria ter pago. Portanto essa questão é secundária.

## «MP impreparado, incompetente»

**O Governo prevê atingir nas cobranças coercivas cerca de 1,6 mil milhões de euros. Acredita que vai ser possível?**

As cobranças coercivas têm aumentado em número e valor, algum dia vão parar de crescer, e a economia não sobe.

**No IRS verificou-se uma descida na arrecadação de verbas significativa nos primeiros 9 meses. Porque terá sido?**

Da maneira como está a economia só com base na identificação da fraude fiscal é que a receita do IRS pode aumentar.

**Já a correcção de imposto às grandes empresas subiu 54 por cento. O secretário de Estado das Finanças mostrou-se optimista com estes números. Tem razão para isso?**

Receio que haja excesso de optimismo do secretário de Estado. Receio que haja casos de correcções e cobranças efectuadas sem base legal que, mais tarde, os tribunais corrigirão quando vierem a dar razão às empresas.

**Na passada semana, o presidente da Câmara dos TOC, Domingues Azevedo, queixou-se da falta de resposta do MP às denúncias de irregularidades fiscais nas contas de empresas. Como comenta isto?**

Isso é muito grave. Os Técnicos Oficiais de Contas devem ser ouvidos e o Ministério Público deve ser capaz de explicar porque é que essas denúncias não são tratadas de forma mais eficiente.

**Há laxismo no MP?**

A máquina judicial tem que responder mais depressa às queixas, às dos TOC e a todas as que sejam legítimas.

**Em matéria de crimes fiscais o MP quase não reage. Porquê?**

Porque é o Ministério Público é impreparado, porque é pouco competente, porque não é especializado.

**Em 2006, 477 fundações obtiveram 56 milhões de euros de benefícios fiscais. Não lhe parece que há**

**um número exagerado de fundações em Portugal?**

São fundações mendicantes. Muitas delas são verdadeiramente sociedades comerciais disfarçadas. Uns senhores resolvem criar uma fundação e depois pedem dinheiro ao Estado. O dinheiro dos contribuintes. Ao contrário das mendicantes, as fundações normais nascem por vontade de uns senhores muito ricos que querem pagar menos impostos, mas põem lá o seu património.

**Como as fundações Gulbenkian e Champalimaud.**

Nasceram porque os fundadores investiram lá o seu património e funcionam por si próprias.

**O mesmo não aconteceu com a Fundação Mário Soares.**

São, repito, as chamadas fundações mendicantes, fundações do contribuinte porque é o dinheiro deste que as paga.

## «Mais Paulos Macedos no Estado»

**A lei deveria ser mais exigente para a criação de fundações?**

Para ser criada uma fundação deveria ser exigido o investimento do património do fundador de alguns milhões de contos.

**Em Janeiro o PS vai avançar com a nova lei do sigilo bancário que, a ser aprovada, tornará as contas dos contribuintes menos «secretas». Concorda?**

Bastará copiarmos um qualquer sistema dos muitos que existem no mundo inteiro e funcionam bem. Como acontece nos EUA, na França, na Espanha, no Reino Unido, em todos os países civilizados. Sistemas que permitem às DGCI locais ter controlo automático das contas bancárias.

**Não poderá haver casos de excesso de zelo, abusos?**

O controlo automático das contas bancárias é feito por computador. O computador é dotado de um software que ao detectar sinais suspeitos numa conta, movimentos estranhos, depósitos avultados sem dedução de impostos emite um sinal que vai permitir desencadear a investigação humana.

**As penhoras de créditos de terceiros está a gerar farta polémica. Justifica-se?**

Mas qual é o problema? Se eu não pago ao Estado e alguém me vai pagar a mim, esse alguém tem o dever de provar que tem meios para pagar e deverá entregar o dinheiro ao Estado. A dívida fiscal não é aceitável. Só há imposto quando há matéria colectável, as pessoas têm que pagar os seus impostos em dívida. Isto é normal na Europa. Só se é executado depois de haver uma liquidação, que não foi impugnada, da qual não se reclamou. O desleixo dos portugueses em matéria de impostos é inaceitável.





**Paulo Macedo, que tanta contestação sofreu inicialmente, fez um excelente trabalho na DCGI.**

Era muito bom que houvesse mais Paulos Macedos noutros sectores do Estado. Paulo Macedo pôs ao serviço do interesse público o mesmo talento de gestão que agora vai pôr ao serviço do BCP/Millennium a quem foi requisitado, permitindo uma excelente permeabilidade entre os sectores público e privado.

**A máquina fiscal está hoje muito mais eficaz.**

Assim até parece já uma máquina fiscal europeia.

**O que é que espera do novo «patrão» dos Impostos?**

Esperamos todos que faça um bom trabalho.

**A herança que recebeu é pesada.**

A herança é pesada mas se ele lá estiver 4 ou 8 anos e se der provas de capacidade de gestão isso será compensado no seu regresso ao sector privado. E isso é muito bom.

**Teixeira dos Santos garante**

## Combate à fraude fiscal é prioridade



O ministro das Finanças e o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais reconheceram que há problemas no Sistema de Execução Fiscal (SEF), dando razão ao Provedor de Justiça, que na sequência de uma acção de inspecção realizada em meados de 2006, apontou para graves erros e ilegalidades no funcionamento da Direcção-Geral dos Impostos (DGCI). **Teixeira dos Santos** diz estar consciente das dificuldades enfrentadas pelo sistema fiscal, mas garantiu que manterá a política de combate à fraude. «O governo acolhe o relatório da Provedoria de Justiça e não deixará de retirar as necessárias consequências», afirmou o ministro durante a conclusão do debate do Orçamento de Estado de 2008, na Assembleia da República (AR). «Não ignoro as dificuldades nem as insuficiências» da DGCI, acrescentou. O Governo está a «fazer um esforço» para melhorar a base de informação e reduzir as situações de erros. «Serei o primeiro a erguer a voz na defesa dos contribuintes», disse **Teixeira dos Santos**, garantindo que o governo corrigirá «o que for necessário corrigir», mas não hesitará «em recuperar dívidas».